

<i>Abreviaturas e siglas</i>	XIII
<i>Ao leitor</i>	XVII
TÍTULO I — DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	1
CAPÍTULO I — Disposições Gerais	1
CAPÍTULO II — Da Política Nacional de Relações de Consumo.....	1
CAPÍTULO III — Dos Direitos Básicos do Consumidor.....	2
Art. 6^o, VIII	3
1. A facilitação da defesa dos direitos do consumidor.....	3
2. A inversão do ônus da prova	5
2.1. Introdução	5
2.2. Requisitos para a concessão.....	7
2.3. Limites e exemplos.....	14
2.4. Ônus da prova e objeto da inversão	17
2.5. Momento da inversão	20
2.5.1. A divergência doutrinária	20
2.5.2. A orientação do Superior Tribunal de Justiça.....	25
CAPÍTULO IV — Da qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos	26
CAPÍTULO V — Das Práticas Comerciais.....	31
Art. 38	32
1. O ônus da prova em relação à propaganda	32
CAPÍTULO VI — Da Proteção Contratual.....	36
CAPÍTULO VII — Das Sanções Administrativas	39
TÍTULO II — DAS INFRAÇÕES PENAIS	40
TÍTULO III — DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	43
1. Noções gerais	43
2. A defesa do consumidor em juízo	44
CAPÍTULO I — Disposições Gerais	44
Art. 81	44
1. A defesa individual ou a título coletivo.....	45
2. A extensão da defesa	47
3. A defesa coletiva	48

4.	Interesses ou direitos difusos	49
5.	Interesses ou direitos coletivos	50
6.	Interesses ou direitos individuais homogêneos	52
7.	A divergência na caracterização dos interesses coletivos e individuais homogêneos	53
8.	A caracterização dos interesses	57
9.	O Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América e os anteprojatos de Código Brasileiro de Processos Coletivos	58
	Art. 82	59
1.	Retificação da remissão	59
2.	A relação entre o art. 82 e o art. 5 ^a da Lei n. 7.347 — a Defensoria Pública	60
3.	Natureza da legitimação	64
4.	Ministério Público	66
4.1.	As atribuições constitucionais	66
4.2.	A defesa dos interesses do consumidor	68
4.3.	O Ministério Público e os serviços públicos	70
5.	União, Estados, Municípios e Distrito Federal	72
6.	Entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta	74
6.1.	Entidades	74
6.2.	Órgãos	77
7.	As associações	78
8.	A Medida Provisória n. 2.180-35, de 24.08.2001	80
9.	Os textos vetados	82
	Art. 83	84
1.	Adequada e efetiva tutela	84
2.	O texto vetado	86
3.	A Medida Provisória n. 2.180-35, de 2001	87
	Art. 84	88
1.	Obrigações de fazer e não fazer	88
2.	A especificidade da tutela	90
3.	A antecipação da tutela	90
4.	A aplicação de multas	91
5.	As medidas de apoio	94
	Art. 85	97
	Art. 86	97
1.	Os dispositivos vetados	97
	Art. 87	98
1.	Visão geral	98

VIII

2.	O não-adiantamento das despesas processuais	100
3.	Condenação nas verbas da sucumbência	102
4.	Litigância de má-fé.....	103
	Art. 88	105
1.	A restrição à intervenção de terceiros.....	105
2.	A ação de regresso	107
	Art. 89	107
1.	Razões do veto	107
2.	A inutilidade do veto	108
	Art. 90	108
1.	A aplicação subsidiária do CPC e da LACP.....	108
2.	Os recursos no CDC	109
CAPÍTULO II — Das Ações Coletivas para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos		111
1.	A <i>class action</i> brasileira	111
	Art. 91	115
1.	Retificação da remissão	115
2.	Natureza da legitimação	115
3.	Ação civil de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos	116
	Art. 92	117
1.	A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i>	117
2.	O dispositivo vetado.....	118
	Art. 93	119
1.	Ressalva da competência da Justiça Federal	119
2.	As regras de fixação da competência	121
3.	Casos de competência concorrente	122
4.	Âmbito de incidência do art. 93.....	122
5.	A natureza absoluta dessa competência	123
	Art. 94	125
1.	A publicação de edital e a ampla divulgação da ação coletiva	125
2.	A intervenção dos interessados	126
	Art. 95	128
1.	Decisão genérica	129
2.	A natureza dessa decisão genérica	131
3.	A Medida Provisória n. 2.180-35, de 24.08.2001	135
	Art. 96	135

1. Razões do veto	135
2. A superação do veto	136
Art. 97	137
1. A legitimação para a liquidação e a execução individual.....	137
2. Objeto da liquidação individual.....	139
3. O procedimento da liquidação individual.....	140
4. A liquidação e a execução coletivas	140
5. O veto ao parágrafo único	141
Art. 98	142
1. Retificação da remissão	142
2. A execução dita coletiva	142
3. A base da “execução coletiva”	143
4. A questão da competência.....	144
5. A necessidade constante de livre distribuição das ações de liquidação individual da sentença condenatória genérica	148
Art. 99	150
1. Concurso de créditos.....	150
2. A medida para garantir a preferência	151
Art. 100	152
1. Liquidação e execução genéricas	152
2. O procedimento da liquidação e o valor da indenização geral.....	155
CAPÍTULO III — Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços	156
Art. 101	156
1. A efetiva reparação dos danos causados ao consumidor	156
2. A regra de competência.....	157
3. O chamamento ao processo do segurador	159
4. Falência do réu	161
Art. 102	162
1. Erro topológico	162
2. Ação para compelir o Poder Público.....	162
3. Legitimação	163
4. Competência.....	164
5. Objeto da ação	164
6. O veto ao § 1º	166
7. O veto ao § 2º	166

CAPÍTULO IV — Da coisa julgada	167
Art. 103	167
1. Coisa julgada nas ações coletivas	168
2. Coisa julgada e interesses difusos.....	169
3. Coisa julgada e interesses coletivos	171
4. Coisa julgada e interesses individuais homogêneos.....	172
5. A coisa julgada das ações essencialmente coletivas não prejudica as ações por danos individuais.....	172
6. A extensão geral da coisa julgada das ações essencialmente coletivas em benefício das vítimas e seus sucessores	173
7. A execução civil individual da sentença penal condenatória	175
8. A eficácia territorial da sentença coletiva e a restrição dos limites subjetivos da coisa julgada	176
9. A ampla dimensão de beneficiados pela coisa julgada das ações coletivas do Código de Defesa do Consumidor	181
Art. 104	183
1. Litispendência entre as ações coletivas e as ações individuais.....	183
2. Descabimento da reunião de processos individuais e coletivo.....	184
3. A extensão <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva e a suspensão dos processos individuais	186
4. A questão da possibilidade de suspensão dos processos individuais pela prejudicialidade da ação coletiva	188
5. As relações entre as ações coletivas	188
TÍTULO IV — DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	190
Art. 105	190
1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	191
Art. 106	191
1. Coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	192
2. Os incisos vetados	194
TÍTULO V — DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	194
Art. 107	194
1. Convenção coletiva de consumo	195
Art. 108	196
1. Razões do veto	196
2. Sanções contratuais	196
TÍTULO VI — DISPOSIÇÕES FINAIS	196
Introdução.....	196

Art. 109	197
1. Razões do veto	197
Art. 110	198
1. Expressa ampliação do objeto da ação civil pública	198
Art. 111	199
1. Posterior alteração determinada pela Lei n. 8.884, de 11.06.1994.....	199
Art. 112	200
1. Desistência e abandono da ação.....	200
Art. 113	200
1. Dispensa da pré-constituição ânua	201
2. Litisconsórcio entre ministérios públicos	201
3. Compromisso de ajustamento de conduta.....	212
Art. 114	214
1. A obrigatoriedade da execução da sentença condenatória	215
Art. 115	215
1. Erro de publicação	216
Art. 116	216
1. Despesas processuais	216
Art. 117	216
1. A aplicação subsidiária dos dispositivos do Título III do CDC.....	216
Art. 118	217
1. A vigência do CDC	217
<i>Bibliografia</i>	221